



EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **LUIZ CARLOS GOMES DE CAMARGO & CIA (CNPJ/MF Nº 00.435.124/0001-08)**, **LUIZ CARLOS GOMES DE CAMARGO (CPF/MF Nº 673.399.998-68)**, e seu cônjuge **MARIA CRISTINA LINO DE CAMARGO (CPF/MF Nº 096.193.618-57)**, ora executada; dos coproprietários: **CELSO GOMES DE CAMARGO (CPF/MF Nº 538.895.338-68)**, e seu cônjuge **NILCÉIA APARECIDA DE MELLO CAMARGO (CPF/MF Nº 096.193.658-44)**, **Marielza GOMES DE CAMARGO DA SILVA (CPF/MF Nº 254.051.028-06)**, e seu cônjuge **ISMAEL PEREIRA DA SILVA (CPF/MF Nº 603.932.038-91)**, **MARIA CACILDA DE CAMARGO MANGERONA (CPF/MF Nº 170.403.558-92)**, e seu cônjuge **SAMUEL MANGERONA (CPF/MF Nº 798.254.008-20)**, **JOÃO GOMES DE CAMARGO FILHO (CPF/MF Nº 061.837.528-78)**, e seu cônjuge **ROSIMEIRE DE LUCAS CAMARGO (CPF/MF Nº 096.123.378-88)**, **MARISA DE CAMARGO LAZZARI (CPF/MF Nº 061.837.558-93)**, e seu cônjuge **VALTER LAZZARI (CPF/MF Nº 995.052.748-15)**, **RONALDO GOMES DE CAMARGO (CPF/MF Nº 247.541.518-52)**, **MARA LUCIANE GOMES DE CAMARGO SILVA (CPF/MF Nº 096.141.968-74)**, e seu cônjuge **ABEL DIAS DA SILVA JUNIOR (CPF/MF Nº 067.777.858-92)** e **WILLIAMS GOMES DE CAMARGO (CPF/MF Nº 170.403.008-00)**, e seu cônjuge **KARINA KELI ROMERO ALEXANDRE DE CAMARGO (CPF/MF Nº 170.403.478-73)**; bem como os credores: **UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL (CNPJ/MF Nº 00.394.460/0216-53)**, **MARCELO DE JESUS (CPF/MF Nº 118.587.918-80)** e **RUTE ANTONIO DA SILVA (CPF/MF Nº 375.048.678-61)** e **RONALDO FRANCISCO DA SILVA (CPF/MF Nº 166.295.618-56)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Marcio Augusto Zwicker Di Flora, da 5ª Vara Cível – Foro de Bauru, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Execução por Título Extrajudicial, ajuizada por **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A (CNPJ/MF Nº 17.184.037/0001-10)** em face de **LUIZ CARLOS GOMES DE CAMARGO & CIA (CNPJ/MF Nº 00.435.124/0001-08)**, **LUIZ CARLOS GOMES DE CAMARGO (CPF/MF Nº 673.399.998-68)** e **MARIA CRISTINA LINO DE CAMARGO (CPF/MF Nº 096.193.618-57)**, nos autos do **Processo nº 0026235-68.2012.8.26.0071**, e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BEM: **LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Santos Dumont, nº 9-48, Vila Becheli, Bauru/SP – CEP: 17060-510 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um imóvel com 136,10m² de área construída e 363m² de área de terreno, anteriormente descrito como um terreno, correspondente a parte do lote 6, da quadra E, do loteamento denominado Vila Bechelli, medindo 11 metros de frente, igual medida na linha dos fundos, por 33 metros de cada lado, da frente aos fundos, e que confronta: pela frente com a Rua Santos Dumont, quarteirão 9, lado par; distante 44 metros da esquina da Rua Carlos Marques; do lado direito, de quem de frente olha para o imóvel dividindo com o lote 7, onde se localiza o prédio 9-36 da mesma rua, de Luiz Carlos Quinhoneiro; do lado esquerdo com partes dos lotes 4 e 5, onde se localiza o prédio nº 9-62, também da mesma rua, de Ivana Húngaro, e com o lote 3, onde se localiza o prédio nº 5-61, da Rua Maurília Luiz Vieira e nos fundos com o remanescente do mesmo lote 6.





DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	40490003	
Matrícula Imobiliária nº	10.159	2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru/SP

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av. 14	28/03/2017	Penhora	Proc. nº 0004798-03.2014.4.03.6108	União Federal – Fazenda Nacional
Av. 18	22/01/2021	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001050-72.2016.5.02.0076	Marcelo de Jesus
Av. 19	09/04/2024	Penhora	Proc. nº 0010730-25.2018.5.15.0090	Rute Antônio da Silva
Av. 20	06/10/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001942-51.2017.5.02.0009	Monica Raimundo Costa de Jesus
Av. 21	08/10/2025	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1000504-98.2016.5.02.0049	Maria de Fatima Dias Dos Santos Menegassi
Av. 22	13/03/2026	Penhora	Proc. nº 0010763-32.2025.5.15.0005	Ronaldo Francisco da Silva

OBS.01: O imóvel é composto por sala de estar, sala de jantar, 3 (três) dormitórios, banheiro social, copa, cozinha, garagem e área de serviço (Laudo de avaliação às fls. 297/314).

OBS.02: A penhora deferida às fls. 85 está pendente de registro na correspondente matrícula imobiliária. Eventuais regularizações registrares/cadastrais serão de responsabilidade do Arrematante.

OBS.03: Foi deferida a penhora de 11,11% de propriedade dos executados em relação ao presente imóvel (Decisão de fls. 85), de modo que será realizado o leilão da integralidade do bem nos termos do artigo 843 do CPC.

OBS.04: Os executados impugnaram a constrição judicial que recaiu sobre o imóvel objetivando o reconhecimento de impenhorabilidade, por supostamente se tratar bem de família. A impugnação não foi acolhida (Fls. 180). Da decisão não houve recurso.

OBS.05: Os executados Luiz Carlos Gomes De Camargo e Maria Cristina Lino de Camargo impugnaram o novo valor de avaliação juntado às Fls. 647/648, objetivando que fosse mantido o valor anterior, sob argumento de que há outros coproprietários (Fls. 664/666). A impugnação não foi acolhida, tendo sido homologado a nova avaliação (Fls. 671/672). Na presente data os autos se encontram com prazo em aberto, para eventual interposição de recurso.

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 271.217,98 (Abr/2026 – às Fls. 652/656 – Homologação às Fls. 671/671). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.





DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 613,29 (Jun/2026) referente aos débitos não inscritos na dívida ativa. Os débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional e Fls. 604/606).

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 55.035,13 (Fev/2017 – Fls. 216).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no **dia 31 de julho, às 15 horas, e se encerrará no dia 03 de agosto de 2026, às 15 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da **1ª Praça, a 2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se 03 de agosto de 2026, às 15 horas, e se encerrará em 25 de agosto de 2026, às 15 horas.**

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 70% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento





do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 7% (sete por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDITORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).





15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATACÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.

18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, nº 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Se, por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não se realizar no endereço constante dos autos, incidirá a disposição do art. 274, parágrafo único, do CPC e, em reforço, considerar-se-á a intimação feita pelo edital.

São Paulo, 23 de junho de 2026.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. MARCIO AUGUSTO ZWICKER DI FLORA
JUIZ DE DIREITO

